



0158

TCS.

Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 10/93

Barueri, 19 de março de 1993

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa. para a alta apreciação dessa Egrêgia Câmara, o anexo projeto de lei que veda a concessão de licença de funcionamento de nova farmácia ou drogaria no Município em prédios localizados a menos de 300m (trezentos metros) de outra já existente.

A medida ora proposta objetiva restringir a abertura indiscriminada de farmácias ou drogarias, com o objetivo de ensejar melhor acompanhamento e fiscalização por parte do Poder Público.

Com efeito, aludidos estabelecimentos, comercializando medicamentos e, em alguns casos, até mesmo manipulando produtos químicos, desenvolvem atividades intimamente relacionadas com a saúde pública, por isso que devem ser objeto de rígido controle e fiscalização, designadamente no sentido de se evitar a venda indiscriminada de remédios, dentre eles aqueles que, por sua composição, passam causar dependência psíquica ou física, sem prescrição médica.

As farmácias e drogarias são portanto, gênero de comércio distinto das demais atividades mercantis, com inegáveis características de serviço de utilidade pública, tanto é que sujeitas a plantões obrigatórios, estabelecidos pela Administração Municipal.

A restrição proposta no presente projeto de lei, considerando seu objetivo, qual seja o de possibilitar melhor controle e fiscalização dos órgãos de saúde, justifica-se plenamente, porquanto com tal fiscalização e controle estar-se-á, conseqüentemente, preservando a saúde da população.



0159

Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

3
11/2
PROG.
300/93
[Signature]

Oportuno lembrar que diversos municípios já dispõem de idêntica legislação, como é o caso do Município de São Paulo - Lei nº 10.991, de 13 de junho de 1991, e de Osasco - Lei nº 2.694, de 15 de outubro de 1992.

A presente propositura, em face dos motivos expostos, reveste-se do inegável caráter de interesse público, circunstância que justifica sua aprovação.

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito se dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 61, § 1º da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e a seus Nobres Pares os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

[Signature]
RUBENS FURLAN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Protocolo n.º 449

Livro n.º 01 p. 218

Entrada em 19.03.93

Exmo. Sr.

CLEUSO DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
BARUERI

A Secretaria para extrair
xerógrafos e encaminhá-los
aos Srs. Vereadores e à
Assessoria Jurídica desta
Casa. Em, 27/03/93.
[Signature]